

**NOSSA HISTÓRIA
COMEÇA ANTES
DE 1500**



ABRIL INDÍGENA

**Nosso futuro não está à venda:
a resposta somos nós!**



sumário

- 1 O que é o Abril Indígena?
 - 2 Luta pelo território
 - 3 "Congresso Inimigo"
 - 4 Povos Indígenas no IFPE
 - 5 Como ser um aliado?
- 



o que é o abril indígena?

O **Abril Indígena** é o principal período de mobilização dos povos originários do Brasil, dedicado à reafirmação de suas identidades, à celebração de suas culturas e, fundamentalmente, à intensificação da luta política por direitos territoriais e sociais.

O ponto alto desse mês é o **Acampamento Terra Livre (ATL)**, que em 2026 chegou à sua **22ª edição**. Com base nos documentos da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), aqui estão os detalhes sobre essa mobilização:

o que é o acampamento terra livre (atl)?

O **ATL** é a maior assembleia indígena do mundo. Realizado anualmente em Brasília desde 2004, ele reúne lideranças, anciãos, jovens e crianças de centenas de etnias de todas as regiões do Brasil. Em 2026, o acampamento reuniu cerca de 7 mil indígenas na capital federal.

o lema de 2026: "nosso acampamento, expressão da nossa luta"

O tema da 22ª edição enfatiza que o acampamento não é apenas um evento, mas uma ferramenta de resistência política. A "**Carta de Abertura do ATL 2026**" destaca que o território é a base da existência desses povos e que o acampamento serve para "retomar" simbolicamente o centro do poder político do país.



principais pautas e reivindicações em 2026

Diferente de uma visão puramente festiva, o Abril Indígena de 2026 focou em confrontos políticos diretos:

Demarcação de Terras: A principal cobrança é o avanço nos processos de demarcação de Terras Indígenas (TIs) pelo Governo Federal, vistos como a única garantia contra invasões e violência.

Combate ao Lobby da Mineração: Documentos da APIB apontam a pressão de setores da mineração sobre o STF e o Legislativo para abrir terras indígenas à exploração mineral, o que é combatido duramente pelos povos.

Enfrentamento ao "Congresso Inimigo": Os movimentos denunciam a "ofensiva legislativa" do Congresso Nacional, que busca aprovar projetos que fragilizam os direitos originários, como a tese do Marco Temporal

Justiça Climática: Os povos indígenas se posicionam como os principais guardiões da biodiversidade, defendendo que a proteção de seus territórios é a solução mais eficaz contra a crise climática global

o significado político

O Abril Indígena serve para tirar a pauta indígena da invisibilidade. Durante a marcha em Brasília, os povos confrontam os Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), exigindo que a Constituição de 1988 seja respeitada. Em 2026, a mensagem central foi clara: "Os territórios indígenas não estão à venda" e a luta pela terra é indissociável da sobrevivência humana e da preservação ambiental.



Luta pelo território

A demarcação de terras indígenas é considerada fundamental para a sobrevivência desses povos por ser o alicerce onde a vida e a cultura se reproduzem. Com base nos documentos da **APIB de 2026**, os motivos principais são:

sobrevivência física e sustento

Base de Existência: O território é de onde os povos indígenas retiram seu sustento por meio da pesca, plantio e coleta, sendo descrito como o "supermercado" e a "farmácia" das comunidades.

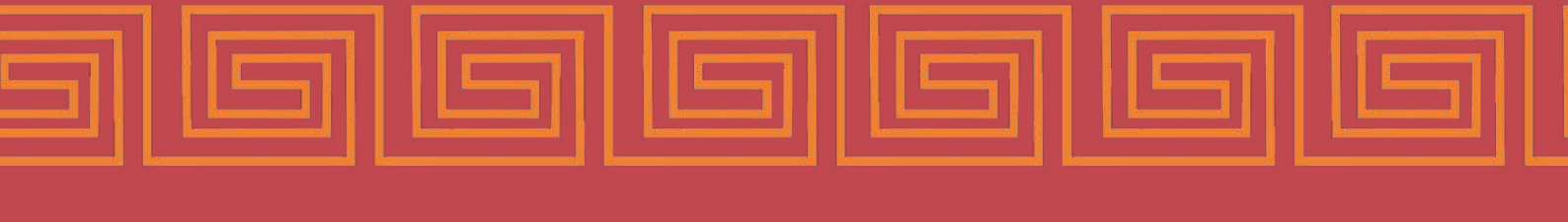
Segurança Alimentar e Saúde: A falta de terra demarcada impacta diretamente a nutrição e a saúde, comprometendo o futuro das novas gerações..

Proteção contra a Violência: A demarcação é vista como a única garantia real contra invasões de garimpeiros e grileiros, além de cessar a violência sistemática nos territórios.

sobrevivência cultural e espiritual

Solo Sagrado: A terra não é apenas um recurso econômico; é um espaço sagrado onde vivem os espíritos dos antepassados e se mantém a conexão espiritual com a natureza.

Reprodução do Modo de Vida: A cultura indígena depende do acesso livre e seguro aos territórios tradicionais para garantir a continuidade de suas tradições, línguas e saberes ancestrais.





confronto contra retrocessos: o "marco temporal"

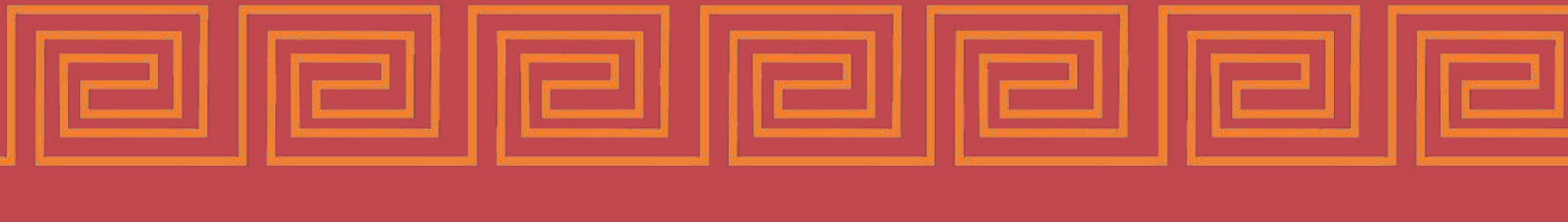
Os povos indígenas enfrentam o que chamam de uma "ofensiva legislativa" liderada pelo que denominam "Congresso inimigo dos povos".

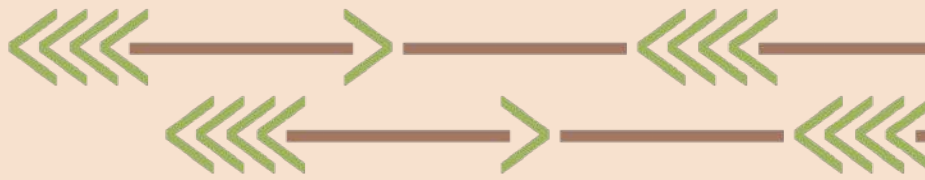
Tese do Marco Temporal: É uma interpretação jurídica que limita o direito à terra apenas aos territórios ocupados em **5 de outubro de 1988 (data da promulgação da Constituição)**. O movimento indígena classifica essa tese como "**genocida**", pois ignora o histórico de expulsões violentas ocorridas antes dessa data.

Lei 14.701: Durante o Abril Indígena de 2026, as marchas em Brasília focaram no protesto contra esta lei (**antigo PL 2903**), que tenta institucionalizar o Marco Temporal e fragilizar os direitos originários.

Pressão Política: Os documentos registram marchas em direção ao Congresso Nacional e ao STF para exigir a anulação de leis que abrem terras para a exploração mineral e para cobrar que o governo federal acelere as demarcações paralisadas.

Em suma, para os movimentos indígenas de 2026, a demarcação não é apenas uma questão de posse, mas uma questão de Justiça Climática e Dignidade Humana, afirmando que "**os territórios indígenas não estão à venda**".





congresso inimigo

A "**ofensiva legislativa**" refere-se a um conjunto de propostas e leis que tramitam ou foram aprovadas no Congresso Nacional e que, segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (**APIB**), representam sérios retrocessos aos direitos originários garantidos pela Constituição de 1988.

a ofensiva legislativa: principais ameaças

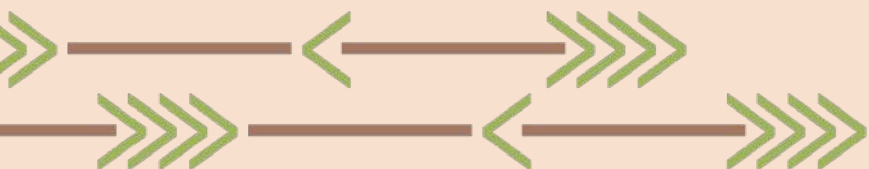
De acordo com os documentos da **APIB de 2026**, as principais medidas que compõem esta ofensiva são:

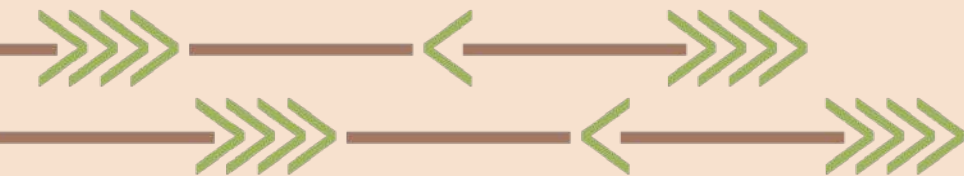
Lei 14.701/2023: Esta lei é vista como um dos maiores retrocessos, pois tenta institucionalizar a tese do "Marco Temporal", estabelecendo que os povos indígenas só teriam direito às terras que ocupavam fisicamente em 5 de outubro de 1988. Além disso, a lei prevê a possibilidade de "compensação" com terras alternativas (o que remete a remoções forçadas) e a criminalização de retomadas territoriais.

PEC 48/2023: Proposta de Emenda à Constituição que visa incluir formalmente o Marco Temporal no texto constitucional, tentando anular decisões contrárias do Supremo Tribunal Federal (STF).

PEC 59/2023: Propõe transferir a competência de demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Congresso Nacional, o que politizara o processo e dificultaria novas demarcações.

PEC 10/2024: Abre brechas para a exploração econômica, arrendamento e parcerias com terceiros para atividades agropecuárias e florestais dentro de territórios indígenas.





Lobby da Mineração: Há uma pressão intensa de setores mineradores sobre o STF e o Legislativo para permitir a exploração mineral em terras indígenas, ignorando a autonomia dos povos sobre as riquezas de suas terras.

importância da vigilância social

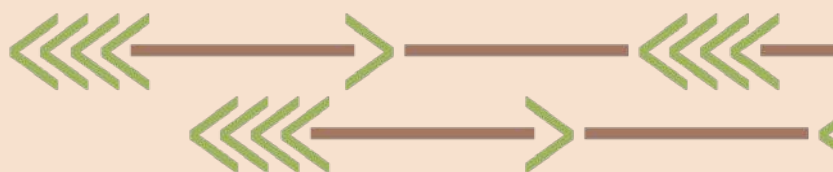
A vigilância social é destacada pela APIB como uma ferramenta indispensável de resistência e proteção. A sua importância reside em:

Defesa da Vida e do Clima: Os territórios indígenas são considerados a "linha de frente" na defesa da biodiversidade e no combate à crise climática. A sociedade deve vigiar para que estas áreas não sejam tratadas como "zonas de sacrifício" para o lucro imediato.

Combate à Complicidade: O movimento indígena alerta que decisões que abrem caminho para violações de direitos serão lembradas como atos de cumplicidade com o "neocolonialismo". A vigilância social impede que retrocessos passem despercebidos.

Pressão Política: Mobilizações como o **Acampamento Terra Livre (ATL) 2026**, que reuniu cerca de 7 mil pessoas, servem para confrontar o "Congresso inimigo" e cobrar do Governo Federal celeridade nas demarcações paralisadas.

Justiça Histórica: A vigilância garante que os direitos territoriais sejam tratados como direitos fundamentais e originários, e não como "moeda de troca" política em negociações legislativas.





povos indígenas no ifpe

No IFPE, a presença de estudantes indígenas é celebrada e apoiada por meio de uma estrutura institucional dedicada a garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o êxito acadêmico desses estudantes, respeitando suas identidades e saberes ancestrais.

presença e visibilidade no ifpe

A instituição reconhece a importância da identidade étnico-racial como pilar da cidadania. A presença indígena é fomentada desde o ingresso, por meio de cotas específicas nos processos seletivos, e acompanhada de perto pela Coordenação de Políticas Inclusivas (COPI) e pelos núcleos de cada campus.

principais políticas de inclusão

NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas):

Instituído pela Resolução nº 45/2015, o NEABI atua em todos os campi e no polo EaD como um núcleo de promoção e planejamento de políticas inclusivas. **Seus objetivos incluem:**

Estimular o desenvolvimento de conteúdos curriculares, pesquisas e projetos de extensão com abordagens interdisciplinares sobre as questões indígenas, valorizando diferentes áreas do conhecimento e saberes tradicionais.

Promover espaços de discussão sobre relações étnico-raciais e divulgar programas de inclusão, incentivando o diálogo, a conscientização e a participação da comunidade acadêmica.





Programa Bolsa Permanência (PBP):

Esta é uma política pública essencial que oferece auxílio financeiro direto a estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação. O programa busca garantir melhores condições de permanência na universidade, apoiando estudantes em situação de vulnerabilidade.

Finalidade: Minimizar desigualdades sociais e étnico-raciais, contribuindo para a permanência e diplomação dos estudantes, além de reduzir os índices de evasão no ensino superior.

Requisitos: Para estudantes indígenas, o programa exige documentação específica, como a autodeclaração e uma declaração de pertencimento étnico assinada por lideranças da comunidade, garantindo o reconhecimento e a legitimidade da identidade do estudante.

Ações da COPI:

A Coordenação de Políticas Inclusivas orienta de forma sistêmica as ações voltadas para a valorização da identidade étnico-racial, prestando consultoria e assessoria aos núcleos de inclusão (como o NEABI) para garantir que o suporte chegue a quem precisa. Além disso, atua no planejamento e acompanhamento de políticas institucionais, promovendo a articulação entre diferentes setores da instituição.

Essas iniciativas reforçam que, no IFPE, os territórios indígenas e suas culturas são partes ativas e respeitadas da comunidade acadêmica, assegurando que o direito à educação seja exercido com dignidade, equidade e suporte institucional contínuo.




como ser um aliado?

Ser aliado da causa indígena vai além de apoiar pontualmente mobilizações: é um compromisso contínuo com o respeito, a escuta e a valorização da diversidade étnica e cultural dos povos originários. Esse papel começa com atitudes no cotidiano e se fortalece por meio da informação, da empatia e do engajamento consciente. Ser aliado também envolve reconhecer privilégios, refletir sobre seu próprio lugar na sociedade e entender a importância de apoiar lutas que não são apenas individuais, mas coletivas e históricas.

Um dos primeiros passos é **respeitar as identidades indígenas**, reconhecendo que existem centenas de povos diferentes no Brasil, com línguas, culturas e modos de vida próprios. Cada povo possui sua própria história, organização social e relação com o território. Evitar generalizações é fundamental para combater estereótipos que reduzem essa diversidade a uma visão única e equivocada, muitas vezes marcada por preconceitos e desinformação.

Também é importante **rever a linguagem utilizada**. Expressões como “dia do índio” devem ser substituídas por termos mais adequados, como “Dia dos Povos Indígenas”, valorizando a pluralidade e o protagonismo desses povos. Além disso, é essencial evitar termos pejorativos ou ultrapassados, adotando uma comunicação mais respeitosa e consciente. Pequenas mudanças na forma de falar refletem grandes avanços na forma de pensar e contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Outra atitude essencial é **combater a desinformação e o preconceito**, seja nas redes sociais, no ambiente acadêmico ou no cotidiano. Isso inclui buscar fontes confiáveis, compartilhar conteúdos responsáveis e questionar discursos que deslegitimam os direitos indígenas, especialmente sobre demarcação de terras e preservação ambiental.

The page features decorative geometric patterns in the corners, consisting of concentric squares in shades of blue, green, and orange. The main text is centered in a white, sans-serif font against a dark red background.

Ser aliado também significa **apoiar iniciativas e mobilizações coletivas**, como o Abril Indígena, acompanhando pautas, participando de eventos e divulgando informações responsáveis. Esse apoio contribui para dar visibilidade às lutas indígenas e reforça a importância política e social desses movimentos. A valorização da produção cultural indígena, como arte, literatura, música e saberes tradicionais, também fortalece o reconhecimento e o respeito à diversidade, além de ajudar a combater estereótipos.

No ambiente acadêmico e institucional, ser aliado envolve **contribuir para práticas mais inclusivas**, apoiar políticas de permanência, respeitar espaços de fala e incentivar debates que promovam equidade. Também é importante buscar incluir perspectivas indígenas em trabalhos, projetos e discussões, ampliando a representatividade. Pequenas atitudes, como indicar autores indígenas, compartilhar conteúdos ou questionar desigualdades, fazem diferença no dia a dia.

Além disso, é essencial compreender que o protagonismo deve ser **dos próprios povos indígenas**. Por isso, mais do que falar por eles, é necessário escutar com atenção, aprender com suas vivências e respeitar suas formas de organização e expressão. Criar espaços para que suas vozes sejam ouvidas e consideradas é uma forma concreta de apoio.

Ser aliado é, acima de tudo, agir com respeito, consciência e responsabilidade. É um compromisso contínuo que se constrói nas ações diárias, contribuindo para uma sociedade mais justa, plural e comprometida com os direitos humanos e com a valorização dos povos originários.

contatos úteis:

Coordenação de Políticas Inclusivas (COPI): proext@reitoria.ifpe.edu.br
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) no seu campus.

fontes:

<https://apiboficial.org/noticias/>

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-bolsa-do-programa-de-bolsa-permanencia>

<https://portal.ifpe.edu.br/noticias/ifpe-lanca-programa-de-bolsas-de-incentivo-as-politicas-inclusivas/>

realização:

Coordenação de Políticas Inclusivas (COPI)/Proext, DCOM e Birô Olinda



INSTITUTO FEDERAL
Pernambuco